

alemães no meio acadêmico brasileiro. Mas prefiro recuperar aqui outro trecho do próprio Heine, o mais autocrítico dos poetas alemães, e portanto acima de qualquer suspeita nacionalista:

Não falemos mal dos alemães. Embora sejam sonhadores, havia entre eles quem sonhasse sonhos tão belos que eu não os trocaria pela realidade desperta de nossos vizinhos. [...] Senhor, não desdobre dos nossos sonhadores, pois de vez em quando dizem coisas maravilhosas no sonho, como sonâmbulos, e sua palavra se torna semente de liberdade. Ninguém pode prever o futuro das coisas. Se um dia, Deus nos livre, a liberdade desaparecer do mundo inteiro, um sonhador alemão a redescobrirá em seus sonhos.¹⁶

Esses sonhos, e alguns pesadelos do século xx, serão interpretados nas palestras que compõem este volume.

16. Heine, op. cit., p. 93.

**MAX WEBER:
MUITO ALÉM DO ESTADO NACIONAL**
GABRIEL COHN

Num ciclo sobre pensamento alemão, cabe a pergunta sobre o que há de propriamente germânico em Max Weber. À primeira vista, ele se apresenta como a própria encarnação da germanidade, a expressão mais acabada (não exageremos: não chega a ser o tipo ideal) do acadêmico alemão na época da hegemonia prussiana. No entanto, essa visão logo se revela simples demais. Havia sim uma referência especificamente germânica além das óbvias filiações culturais no pensamento desse jurista, historiador, economista (como ele próprio gostava de se definir, referindo-se àquilo que na Alemanha de sua época era denominado “economia nacional” e outros designavam por “economia política”) e finalmente sociólogo, cuja vida se estendeu de 1864 a 1920 por escassos 56 anos, nos quais produziu, com interrupções, uma obra que o caracteriza provavelmente como o último espírito universal nas ciências sociais (ou culturais, ou históricas). Trata-se da questão do Estado nacional ao qual pertencia, que então se buscava consolidar no centro da Europa. Esse sempre foi um problema subtantivo fundamental para ele. No que concerne ao formato de seu pensamento, contudo, a marca dessa preocupação perene não consistiu em restringi-lo a seus limites nacionais, mas em algo

mais fundo e mais significativo. Por essa via, a dimensão política da vida social ganha posição central em sua obra.

Isso se dá numa perspectiva muito ampla, que envolve até suas construções teóricas mais gerais. No centro de suas análises sempre está, mesmo de modo indireto, a questão do poder. E este, por sua vez, é concebido numa ótica que lhe confere alcance que vai além do seu núcleo estritamente político, pois Max Weber é tributário da grande vertente burguesa do pensamento europeu que opera com o pressuposto da insuperável escassez dos recursos disponíveis no mundo em que os homens se movem. (A única grande figura do pensamento social moderno que se distancia dessa concepção que já levou, no século XIX, a designar a economia como a "ciência triste" é Karl Marx, com seu exuberante otimismo na capacidade de os homens livremente associados superarem todos os limites aos propósitos humanos.) Isso significa que a busca da satisfação de necessidades de todo tipo passa inexoravelmente por alguma modalidade de disputa pela apropriação desses recursos escassos, numa luta (o termo é de Weber, e mostra como ele ainda era tributário da mesma sem-cerimônia otocentrista utilizando palavras que o século XX meticolosamente expurgou de seu vocabulário, tanto quanto aqueles que sem ver nisso nada demais falavam de luta de classes): luta essa cuja versão amenizada (civilizada, poder-se-ia dizer) é exatamente o exercício do poder mediante a dominação legítima e não pela força ou pela mera violência sem mais. Isso se aplica especialmente quando o poder se organiza de modo racional, conforme regras conhecidas e previsíveis e mediante uma forma de dominação legitimada em nome de sua racionalidade.

Há um ônus para isso, todavia. Ocorre que o poder racional e, de modo geral, o mundo racionalizado é o reino da previsibilidade, da persistência das formas de ação que se revelarem mais eficazes – no limite, é o mundo da burocracia rotineira mais do que da política inquieta e sempre em busca de novos desafios. No entanto, a política em sua forma moderna somente se realiza em moldes racionalizados. Isso envolve uma tensão contínua entre as exigências da política e as da administração burocrática, o que assinala uma tensão mais funda, entre formas racionais e frias de dominação (logo, de direção) na sociedade e formas que estão em seus antípodas e resistem à racionalização. Dessas últimas o caso exemplar é aquilo que Weber denominou dominação carismática, que se exerce em nome do caráter excepcional (portanto único e de base irracional) do mandatário. Nesse caso não temos propriamente política e sim arbítrio, num sentido muito específico ao qual Weber estava muito atento. É que o caráter singular do portador da condição carismática lhe permite fazer algo que está inteiramente vedado ao dirigente racional. Se não estiver preso às regras estabelecidas, nem – este é o ponto – aos fundamentos últimos delas, que são valores, ele pode fazer algo que confere a essa configuração a condição que Weber considerou "a grande força revolucionária da história". Está qualificado e capacitado para propor novos valores como fundamentos das condutas em vez de se ater aos já estabelecidos. Esse é um dos pontos mais intrincados do pensamento weberiano, e talvez aquele que gera mais desconforto e mal-entendidos. Por isso mesmo, merece um pouco mais de atenção. Ao ter como base o caráter excepcional do líder, a dominação carismática é efêmera por sua própria natu-

reza, pois sempre enfrenta a questão do sucessor. Mesmo quando há regras meticulosas para sua busca, como no caso do Dalai Lama, persiste o problema daquilo que Weber chamava de "rotinização" do carisma: aos poucos a excepcionalidade abre caminho para regras que, no limite, burocratizam o processo todo. Em estado puro, a dominação carismática é como a explosão de uma estrela nova no firmamento histórico. O fascínio dessa configuração singular para Weber consistia justamente na possibilidade que ela oferece de romper a continuidade do quadro valorativo no interior do qual se move uma sociedade: continuidade essa que é tanto mais sólida quanto mais avança a burocracia racionalizada. Hoje, após as experiências extremas do século XX, as quais Weber não testemunhou, somos levados a considerar com certo desconforto esse capítulo em sua obra. O período posterior a Weber testemunhou algo que ele não poderia prever: a mescla perversa entre traços carismáticos e burocracia racionalizada, tal como se apresentou em regimes políticos altamente despóticos como o hitlerismo e o stalinismo. Nesses casos não se trata diretamente de carisma, mas de sua instrumentalização deliberada e com fortes componentes racionalizados. Autores como Hannah Arendt viriam a caracterizar regimes dessa ordem como totalitários; mas isso está além do empreendimento weberiano. A despeito disso, a caracterização desse tipo de dominação feita por Weber é muito importante, e a identificação de traços carismáticos em regimes dados à observação (por exemplo, tentativas de reduzir o conjunto dos cidadãos a séquito de lideranças personalizadas) pode ser de grande valia na análise; mas o carisma em sua versão pura não tem como se impor em sociedades complexas modernas.

A referência ao detentor do poder permite identificar outro elo entre as preocupações substantivas que guiavam o pensamento de Weber desde o início e o próprio esquema conceitual que ele foi construindo para tratar dos problemas envolvidos nisso. É que não há como falar em poder quando não se tem condições para identificar o agente social (ou, numa expressão mais forte, o sujeito capaz de torná-lo efetivo). Ocorre que, para Weber, essa questão do detentor efetivo do poder na Alemanha (e, por extensão, da própria Alemanha em relação ao resto do mundo) tocava naquilo que havia de mais problemático na situação histórica então vigente naquele país. Pois, para ele, era exatamente essa figura que não se apresentava com densidade suficiente para assegurar aquilo que importava naquela conjuntura, que era a proposta e a promoção efetiva de um programa de fortalecimento interno e externo da unidade da Alemanha como Estado nacional e, por conseguinte, como potência internacional reconhecida. Inexistia um grupo social dentro da Alemanha que pudesse atuar como sujeito político efetivo, como entidade capaz de dar início a ações e gerar situações novas. Na falta disso, a própria Alemanha como nação encontrava dificuldades para assumir a posição de interlocutor reconhecido no cenário internacional. Do ponto de vista da constituição do esquema de pensamento de Weber, isso tem importância fundamental, pois nessa perspectiva se coloca em posição central a figura do agente e se focaliza a ação que ele desempenha, com atenção aos objetivos procurados e ao modo de perseguí-los. Já aqui se anuncia, portanto, que a análise social weberiana só poderia ser uma teoria da ação; e não de qualquer ação, mas daquela que tem significado para o agente

(pois, do contrário, como ele poderia estabelecer ou sequer reconhecer metas?). Segue-se disso tudo que o agente terá necessariamente as características de um indivíduo: um ente inteiro no qual se encontram o começo e o fim de uma ação, desde a intenção inicial até a meta buscada, tudo organizado de tal modo que o conjunto formado pelo motivo inicial, pelos atos desempenhados e pelo sucesso (ou não) na busca da meta seja significativo, faça sentido para ele.

A trajetória intelectual de Max Weber o levou a desembocar numa ciência social específica, a sociologia. Considerando-se sua ênfase sobre a figura individual do agente da ação, seria de esperar que ele entrasse nessa área com certa desconfiança, pois a tendência nela dominante dava muito mais realce a entes coletivos do que a agentes individuais. De fato, desde o começo sua preocupação foi com o combate à ideia de que se pudessem atribuir motivos, metas e desempenho de ações a entes coletivos sem considerar que eles são reductivéis a seus componentes individuais, os únicos capazes de ação. Nesses termos, a questão sociológica básica tem três dimensões. A primeira concerne aos móveis da ação: o que leva o agente a agir? A segunda diz respeito à orientação que o agente imprime à ação: o que ele tem em vista quando age? A terceira é aquela à qual Weber dedicou mais esforço em sua obra. Refere-se à própria organização interna da ação, admitindo-se que ela constitui um processo complexo, que no mínimo envolve uma sequência de atos interligados. (Cabe aqui um parêntese sobre a natureza dessa interligação dos atos singulares que compõem a ação. Ela é de índole significativa; na realidade ela é constituída pelo *sentido* da ação). No limite da

univocidade e da clareza dessa interligação dos componentes da ação encontra-se aquela modalidade de ação que mais atraiu a atenção de Weber: a ação *racional*. Nesta, os móveis e os alvos da ação se articulam com nitidez mediante um contínuo bem ordenado de atos, que asseguram o máximo de eficácia no encaminhamento de meios e fins.

Essa modalidade de ação está no cerne do grande processo social – mais do que isso, constitutivo de toda uma configuração civilizatória, aquela que caracteriza o mundo ocidental de raiz europeia – que absorveu a atenção de Weber ao longo de toda a sua obra. Trata-se do processo de *racionalização*, consoante o qual a racionalidade desenvolve ao longo do tempo sua lógica própria e vai tomando conta de todas as esferas da vida social (ou cultural, na linguagem de Weber). No fundo dessa preocupação encontra-se a questão substantiva que forma o ponto de partida desse grande empreendimento intelectual: como assegurar que a Alemanha de fato se integre como parceira de primeira linha nesse mundo racionalizado, capitalista, potencialmente democrático que avança deixando para trás quem não souber se adaptar a ele? Como garantir, enfim, que a Alemanha integre de vez o mundo moderno? A questão inicial é restrita, mas seu tratamento acaba se revelando de porte universal. Sempre de olho na questão nacional alemã, Weber observa incansavelmente o mundo, numa conduta que lembra a grande figura do pensamento social francês no século XIX, Alexis de Tocqueville, que falava dos Estados Unidos da América e pensava na França, que também considerava como um país às voltas com as dificuldades de se ajustar a um processo histórico em avanço inexorável; em seu

caso, a democracia, entendida como igualdade de condições (em contraste com a aristocracia).

Continua de pé, porém, a questão sobre o que move os homens a agir socialmente (isto é, a agir de modos que levem em conta os dos demais e também sejam importantes para outros e por sua vez os levem à ação). Neste ponto podemos considerar equivalentes as referências aos motivos da ação e às orientações de conduta, pois o que move os agentes é o resultado que eles têm em vista. Esse resultado, por sua vez, pode ser basicamente de duas ordens. Ou bem se trata de satisfazer algum tipo de necessidade ao se atingir um fim qualquer que remete a outros fins e a outras ações, ou então a ação se orienta conforme um fim último, que, por ter valor intrínseco, não remete a outros nem pode ser substituído sem mais. No primeiro caso, age-se movido por interesses; no segundo, por valores. Posso votar num partido cujo programa me promete vantagens; por interesse, portanto. Ou posso fazê-lo porque o programa visa à expansão da igualdade entre os cidadãos; neste caso, minha referência é um valor, e nenhum apelo a interesses me levará a modificar minha conduta. Em ambos os casos a modalidade racional da conduta permitirá agenciar do modo mais eficaz os meios para se chegar aos fins contingentes (no caso dos interesses) ou últimos (no caso dos valores).

O conjunto dos interesses e valores que balizam a ação de um agente ao longo do tempo constitui aquilo que Weber chama de "condução da vida". Esse conceito tem grande importância em seu esquema analítico, em especial quando se trata de examinar o modo como certas constelações de interesses e valores lançam raízes e se convertem em movimentos históricos importantes a

partir do momento em que são compartilhadas por muitos. É o caso da ação econômica racional capitalista, cuja expansão em momento crucial para sua consolidação é associada por Weber, em estudo clássico (ao qual voltarei mais adiante), a determinada condução religiosa da vida, mediante a demonstração da singular ressonância significativa entre a ideia de lucro (como indicador de sucesso na vida) e a da salvação da alma (como indicadora de êxito na busca da graça divina). Num de seus textos mais famosos – a conferência que fez a estudantes em 1918, no final da Primeira Grande Guerra do século XX, sobre "política como profissão" (e como "vocaçào", pois o termo alemão *Beruf* comporta ambas as acepções) –, Weber examina um aspecto importante da condução da vida no campo da ação política. Após distinguir entre viver *para* a política e *da* política – ou seja, fazer da política uma vocação e mesmo uma missão ou então tomá-la como um ramo especial de atividades entre outras – e demonstrar o avanço dessa concepção profissional, ele propõe a distinção entre duas orientações básicas de conduta (duas éticas, em sua linguagem) específicas desse campo. Por um lado, temos uma ética da responsabilidade, que está no centro mesmo da ação propriamente política. Ela consiste em levar a conduta política de modo consequente até o fim, em contraste com a do burocrata e a do homem devotado a alguma fé (religiosa, estética ou de qualquer outro tipo), mediante a disposição a assumir para si a responsabilidade por todos os seus atos no exercício de cargo que venha a ocupar. Essa responsabilidade é diferente daquela do burocrata, que única e exclusivamente deve resposta às normas que regem seu serviço. Ela tem como objeto a capacidade de propor programas à socie-

dade e de tomar decisões inovadoras, não adstritas a regulamentações já existentes. O burocrata responde por eventuais infrações a regulamentos, enquanto o político como tal se prepara para responder no futuro pelas consequências de seus atos presentes. É diferente, contudo, assumir a posição de “tomo uma decisão e respondo por ela” ou sustentar que “faço assim porque estou convicto da justiça do meu ato”. Essa segunda posição pode ser altamente respeitável, mas sua inerente intransigência colide com uma característica básica da ação propriamente política, que é a disposição de fazer concessões. Essa distinção tem grande importância para Weber, desde que se perceba que ela é primordialmente de caráter analítico: serve para caracterizar com nitidez as posições para melhor assinalar suas diferenças. E a diferença básica consiste em que a pura convicção não serve para a política, por mais que se reconheça que não há responsabilidade desprovida de convicção. Parafrazeando um dito célebre, quando está em causa a ação política a convicção sem responsabilidade é cega e a responsabilidade sem convicção é impotente.

Para Weber, a política consiste basicamente naquilo que seu longínquo predecessor nesse assunto, Maquiavel, identificava como a conquista e a preservação do poder. E, na mesma linha, o poder não é um ente, uma coisa ou um lugar, e sim uma relação entre agentes sociais. É fundamentalmente uma relação entre vontades. O detentor do poder impõe sua vontade sobre outros sempre que o aciona. Pois o poder não se traduz diretamente em ação permanente: é uma capacidade, mais do que um exercício. O exercício fica por conta de outra relação fundamental na organização, na rede de ações reciprocamente referidas que consti-

tui a sociedade: a *dominação*. Esse termo não designa, em Weber, puro e simples mando, do mesmo modo que o poder não se traduz diretamente em mera força ou coerção. Na realidade, designa muito mais uma relação de direção, de condução. O dominante se impõe sim, mas isso se dá em sua capacidade de instilar conteúdos específicos na relação de poder e por essa via definir o rumo das ações de outros. O modelo weberiano de poder e dominação como dimensões complementares e inseparáveis não cabe num esquema estático como aquele que muitos sociólogos denominam “estratificação social”. Trata-se de um modelo dinâmico, que em termos plásticos mais se assemelha à ordenação de fluxos do que à superposição de camadas. Isso, entretanto, assinala uma dimensão essencial do poder segundo essa concepção, que ainda não ficou explícita. O núcleo mesmo do poder consiste na capacidade de *tomar a iniciativa* numa relação ou numa rede de relações. Nesses termos, ajustam-se inteiramente as dimensões da dominação como condução e do poder como iniciativa. Há todavia um elo intermediário. Sem ele, a continuidade do exercício da dominação ficaria comprometida, pois não poderia se sustentar na pura coerção (refluindo assim ao poder em sua forma mais crua). É imprescindível algum grau de assentimento; e é precisamente a isso que responde o processo de *legitimação*, ao prover os dominados de conteúdos significativos para a aceitação da ordem no interior da qual se movem.

O exercício da dominação com o respaldo de alguma modalidade de legitimação (Weber identifica várias) é um importante fator de estabilidade das relações sociais, ou, numa formulação mais ampla, de uma dada ordem social. Nisso encontra resposta

um problema que afeta toda teoria centrada na ação individual: em nome do quê, afinal, as pessoas mantêm as mesmas linhas de ação de um dia para o outro e não entram em comportamentos totalmente erráticos? A segurança de que isso não ocorra só pode provir de algo interno a elas: no caso, a aceitação de determinada situação como algo que vale a pena ser preservado. Essa segurança, contudo, não é uma garantia. Em princípio, ela está continuamente sujeita a uma anuência que pode falhar. Em suma, a continuidade de determinada linha de ação ou de toda uma ordem social está no campo da probabilidade (que pode ser alta, mas não necessariamente) mais do que da certeza. No conjunto, o mundo social e histórico não é um cenário em que as coisas ocorram necessariamente e conforme leis inexoráveis como as da ordem natural. Nada foi univocamente determinado no passado, nem é no presente e menos ainda é possível formular previsões bem fundadas. O máximo que se pode fazer é identificar tendências alternativas, cuja chance de efetivação se possa avaliar de alguma maneira, sempre imprecisa. Não há leis históricas gerais, só configurações contingentes, cuja densidade e capacidade de preservação ao longo do tempo precisam ser examinadas caso a caso. A vida não é fácil para o sociólogo weberiano. Para ele, ter resolvido um problema só garante uma coisa: que outros problemas, independentes daquele, se apresentarão. Dele espera-se que seja capaz de formular os problemas sempre que exista a informação para percebê-los.

Essa posição teórica de Max Weber é a expressão daquilo que ele fazia em todas as áreas da existência, como seu modo pessoal de "condução da vida". Sua conduta correspondia em to-

dos os pontos, até nas concepções teóricas, a uma visão "senhorial", na qual o imperativo básico é ser "senhor de si". Em suma, uma concepção de índole aristocrática, embora, como filho de família burguesa, ele nada tivesse a ver com qualquer aristocracia - diferenciando-se nesse ponto da já citada grande figura francesa com a qual tinha certa afinidade. Alexis de Tocqueville, aristocrata até a medula. Quanto à identificação social e política explícita, Weber era inequívoco: sou burguês, da classe burguesa, dizia ele, para se diferenciar da classe que, na Alemanha de sua época, servia para ele como referência negativa, a classe operária. Nesse passo ele também se distinguia de seu grande predecessor Karl Marx, com tudo o que este representava de adesão a uma visão de perfil mais "plebeu" da sociedade e de seu conhecimento ao tomar a classe operária como referência positiva. Ambos estavam preocupados com o entendimento do processo histórico de constituição e expansão da ordem capitalista e ambos viam no capitalismo a força decisiva do mundo moderno em vias de racionalização. Suas óticas eram opostas, porém, no que se refere às forças sociais básicas, às classes envolvidas nesse processo. Sem entrar em outras considerações, cabe assinalar neste ponto que, ao se colocar na perspectiva da classe dominante, Weber era perfeitamente coerente em concentrar sua atenção no sujeito-agente, nas relações de dominação e nas diferentes orientações da ação; enquanto não surpreende que Marx examinasse o mesmo processo pelo ângulo das relações entre aquelas classes polares, já que sua mirrada partia do polo dominado, embora empenhado em se tornar dominante. Também pouco surpreende que Marx concentrasse sua atenção sobre

uma relação de apropriação historicamente específica, aquela da propriedade dos meios de produção, enquanto Weber, em resposta, argumentasse que nenhum meio de trabalho, seja no setor produtivo seja no de serviços, pertence ao trabalhador direto nas sociedades modernas e que, portanto, concentrando-se no setor fabril, nada de especial se poderia tirar dessa relação. Do mesmo modo, faz sentido que Weber focasse no exame de formas específicas de orientação da ação que, combinadas, tiveram papel decisivo, senão na gênese, pelo menos naquilo que mais lhe interessava, que é a consolidação e a expansão do capitalismo racional ocidental, enquanto Marx estivesse particularmente atento ao modo como o sistema capitalista, já constituído de acordo com certos processos que reconstrói, encontra condições para se reproduzir como tal, junto com os limites disso.

Toda a perspectiva analítica de Weber aponta para dois procedimentos básicos, que estão presentes direta ou indiretamente em seus estudos. Primeiro, o fenômeno que importa é caracterizado em seus traços peculiares e em sua especificidade; depois, diferentes manifestações suas são comparadas, buscando encontrar aproximações ou afastamentos nos sentidos das ações correspondentes, para saber, por exemplo, se são compatíveis entre si ou se há repulsa mútua; na linguagem de Weber, se há afinidade ou rejeição entre elas. O caso mais notório dessa forma de análise, à qual já se aludiu anteriormente, é o da relação entre a ação religiosa protestante de perfil calvinista e a ação econômica de perfil capitalista. A questão mais ampla, que alimentava o interesse de Weber por esse caso, era: o que ocorreu de especial para que só na Europa se desenvolvesse um capitalismo racional,

com empresas reguladas por um direito também racional (isto é, com regras claras, consistentes e de validade geral), tudo isso sob a égide de um Estado também racionalizado (vale dizer, apto a operar mediante um quadro administrativo com regras racionais - no caso, uma burocracia profissional). Seria de grande valia se fosse possível observar na sociedade, no momento da emergência do capitalismo moderno, algum impulso poderoso em favor da adoção de condutas compatíveis com a constituição e a generalização de empresas capitalistas do tipo que a era moderna conhece. Melhor ainda seria se fosse possível localizar esse impulso em alguma linha de ação já adotada por muitos agentes, pois do contrário poderíamos encontrar uma mera idiossincrasia de alguns poucos. Pois bem, afirma Weber, é possível localizar essa conjugação num caso especialmente expressivo, no qual se revela uma alta afinidade entre os significados que regem a ação religiosa no interior do protestantismo e a ação econômica voltada para o investimento regular e metódico tendo em vista o lucro da empresa. A presença de componentes de uma modalidade de ação religiosa que já possuía bases sociais firmes como reforço em momento decisivo para a conduta racional na gestão lucrativa da empresa autoriza a conclusão de que, sem esse componente, dificilmente se teria o desenvolvimento do capitalismo em sua feição altamente racional na Europa moderna. O segredo dessa alta afinidade entre o sentido da ação nessas duas dimensões pode ser enunciado da seguinte maneira. Primeiro, ambas as formas de ação são suscetíveis de racionalização, e a vertente do protestantismo a que Weber se refere exhibe isso em alto grau. Depois, encontra-se em ambas uma condição de incerteza que

envolve alto risco para o agente. Num caso, há o risco de não se estar predestinado à salvação da alma no além: no outro, o risco é mais iminente, de fracasso no empreendimento econômico. O elo entre as duas orientações se fecha caso se verifique, como Weber procura demonstrar, que o êxito econômico aqui e agora pode ser visto pelo agente como indicio de que será bem-sucedido também na busca da salvação da alma. Ocorre que, uma vez instalado o padrão da gestão racional da empresa, dá-se um deslocamento: se antes o sucesso econômico tinha significado religioso, agora a continuidade do bom desempenho lucrativo depende da competição crescente entre os novos agentes econômicos. Enquanto antes o sucesso aqui e agora era indicio de sucesso no além, agora a obtenção de bons resultados cotidianos se torna condição de sobrevivência da própria empresa. O sucesso econômico se converte em exigência intrínseca e passa a dispensar a referência religiosa. Em suma, já não é preciso ser um bom protestante ou daquela denominação para ser um bom capitalista: basta ser racional e eficiente na disputa econômica. Dispensada a sua antiga referência religiosa, o capitalismo racional está livre para sua marcha triunfal pelo planeta. Mas não de modo irrestrito: quando o sentido da ação econômica racional colide com o de alguma outra modalidade de ação (religiosa, digamos) poderá até desenvolver-se o capitalismo, mas terá traços diferentes daquele ao qual Weber se referia em seu estudo pioneiro.

Alguns insistem em considerar Weber como uma espécie de maquiaveliano moderno. Num certo sentido, essa afirmação tem fundamento. Em especial quando ele pensa a política como aquisição e manutenção do poder e adota a perspectiva

da ação específica de um agente também específico: o príncipe (para usar a linguagem de Maquiavel); vale dizer, do primeiro, daquele que vai à frente e toma a iniciativa com audácia temporada por realismo. É claro que no Weber pós-bismarckiano às voltas com os problemas de um Estado nacional mal resolvido também se pode detectar uma remota ressonância da busca por Maquiavel do líder capaz de promover a unificação italiana como nação independente. Pelo alcance universal que soube dar ao tratamento das questões teóricas e práticas envolvidas nisso, Weber projetou sua presença sobre todo o século XX, como interlocutor intrépido de um Marx e como pensador do porte de um Tocqueville, pelo menos. O que resta, hoje, de seu empreendimento intelectual? Não tanto o seu núcleo político de origem, a referência ao Estado nacional, ainda menos em sua versão estritamente alemã. Mantém-se firme e instigante, porém, toda a sua análise do processo de racionalização – que nele assume figura caracteristicamente ocidental –, para agora, em escala mundial, suscitar problemas novos que seu esquema analítico pode ajudar a formular com a precisão requerida. Sobretudo, resta algo implícito em seu pensamento, embora oculto pela ênfase nas formas históricas do capitalismo e na especificidade moderna como regime por excelência da acumulação sistemática e racional de recursos postos sob o poder de disposição (o termo é dele) de proprietários e gestores de empresas. Pois, a rigor, a acumulação não constitui categoria fundamental no pensamento de Weber. Consoante a índole senhoria-*aristocrática* de matiz elitista de seu pensamento, ele reserva lugar proeminente a processos *seletivos*. Nesse ponto, ele se revela inesperadamente um repre-

sentante antecipado daquilo que, na fase final do século XX, entrou expressão mais plena no pensamento de outro sociólogo alemão de peso, Niklas Luhmann. Na obra deste, desenha-se com nitidez aquilo que poderá muito bem ser peça central de qualquer novo paradigma das ciências sociais no século XXI: a passagem da ênfase na *acumulação* para a ênfase na *selecção* como processo social fundamental em sociedades moldadas pela prevalência de processos informacionais. Ocorra ou não algo nessa linha, é de se reconhecer que atravessar um século em posição de ponta no pensamento social e entrar no seguinte com a promessa de novas contribuições não é coisa de somenos: é proeza para um grande clássico.

**FREUD E A PSICANÁLISE:
"UM TRABALHO DE CIVILIZAÇÃO"**
RENATO MEZAN